

A identidade Cultural do MST

Fábio Souza da Cruz, Joana Porto Bendjouya*

Índice

Introdução	1
1 O MST e a trajetória de luta pela terra	2
2 Pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa: as questões de identidade	5
3 Análises	9
Referências	11

Resumo

O trabalho apresenta um estudo envolvendo um movimento social – o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) – e as noções de identidade cultural. A investigação desenvolve um breve exercício de contextualização do Movimento através da sua história, seu relacionamento com o poder e a sua estrutura nos dias atuais. Com relação aos marcos teórico-metodológicos, a pesquisa adota os pressupostos de Stuart Hall (2002), Kathryn Woodward (2000) e

*Fábio Souza da Cruz é Doutor em Comunicação e Práticas Sócio-Políticas (Faculdade de Comunicação Social – PUC/RS). Professor da Escola de Comunicação Social (ECOS) da Universidade Católica de Pelotas (UCPel).

E-mail: fabiosouzadacruz@gmail.com

Joana Porto Bendjouya é estudante de Comunicação Social – Habilitação Jornalismo (8º semestre) na Escola de Comunicação Social (ECOS) da Universidade Católica de Pelotas (UCPel). Bolsista de iniciação científica pelo programa BIC/UCPel.

E-mail: joanaporto@gmail.com

os discursos dos integrantes do Movimento retirados do estudo de recepção realizado por Cruz (2006). Como discussão central, pretende-se analisar os desafios do MST em tempos de globalização.

Palavras-chaves: Movimentos sociais; globalização; identidade; identidade cultural.

Introdução

Este artigo pretende investigar a identidade cultural de um movimento social brasileiro. Especificamente, será trabalhado o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), a formação de sua identidade bem como as mudanças sofridas pelos agricultores Sem-Terra em tempos de modernidade tardia ou, como afirmam alguns autores, pós-modernidade ou globalização.

Em linhas gerais, o MST consiste em um movimento social formado por agricultores do meio rural, que surge no ano de 1984, na cidade de Cascavel, no estado do Paraná. Contrariados com a política da época e os poucos benefícios por ela oferecidos ao homem do campo, os integrantes do Movimento originários de diversas partes do Brasil, unem-se a uma só luta, a implantação de uma reforma agrária mais digna e justa.

Em compensação, hoje, o processo de glo-

balização tem apresentado cada vez mais conseqüências na sociedade. A investigação de como se situa o MST nesse processo consiste na principal finalidade deste estudo. Sendo assim, a investigação pretende dar continuidade ao trabalho feito anteriormente por Cruz e Diniz (2006), que procurou investigar a história do MST fazendo uma contextualização da questão agrária no Brasil e a política brasileira a partir de 1984, ano de fundação do Movimento. A linha central da pesquisa fará uma análise dos pressupostos teórico-metodológicos de Stuart Hall (2002), Kathryn Woodward (2000). Este trabalho não tem como finalidade a generalização de resultados a partir das suas análises, mas sim, dar continuidade aos estudos anteriores, além de mais um degrau para futuras investigações. No entanto, o que se pretende é apresentar percepções da proposta de estudo e não uma conclusão única e encerrada.

1 O MST e a trajetória de luta pela terra

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) foi concebido a partir do ano de 1979, motivado por inúmeros acontecimentos, dentre eles o aspecto sócio-econômico das transformações que a agricultura brasileira sofreu na década de 1970. Ocorre nessa época um processo de implantação de tecnologias no campo, a mecanização das lavouras brasileiras. Isso ocorre ao mesmo tempo em que se mantém a concentração de terras, o que conseqüentemente acarreta a exclusão social. Desta forma, os camponeses que faziam parte dessa exclusão, sentem-se incomodados pela modernização da agricultura, e vêem-se se sentem

obrigados a resistir no campo e a buscar formas alternativas de luta pela terra nas regiões onde viviam. Com isso, houve também um grande contingente da população deslocado do campo para a cidade, motivados e motivando o processo de industrialização e globalização.

Tendo sua origem vinculada principalmente às lutas que aconteceram no Rio Grande do Sul, além de Santa Catarina, Paraná (considerados o berço do MST) e Mato Grosso do Sul, o Movimento também deve muito de sua força à Comissão Pastoral da Terra (CPT), que surge em 1975, em Goiânia, capital do estado de Goiás. A CPT foi muito importante na ajuda da reorganização das lutas, dos então chamados camponeses. A articulação de membros ligados à igreja lutando em conjunto com o MST, teve para o Movimento um avanço grandioso do ponto de vista ideológico, pois de certa forma a igreja estava lutando contra o governo repressor da época, a ditadura militar. Esse foi o contexto que levou ao surgimento da CPT.

O Movimento teve desde seu início, e ainda mantém como luta, não só a reforma agrária, mas também a produção de alimentos, educação, melhoria da qualidade da saúde e de vida da população que compõe os assentamentos e o Movimento como um todo. Essa é a base social que gerou o MST, não só a visão pela luta das terras. Idealizado durante o regime militar, o Movimento se apresenta como porta-voz do homem do campo.

Conforme afirmado por Cruz e Diniz (2006), com a frase “Ocupação é a única solução”, o MST oficializa-se como movimento. Nessa época, em que a população Brasileira lutava pela volta da democracia, foi quando em 1984, durante o primeiro

Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem-Terra, na cidade de Cascavel, interior do Paraná, integrantes do Movimento protestam novamente por uma reforma agrária digna e urgente, sugerindo então o surgimento de novas leis.

Em 1985, depois de 21 anos, o Brasil teria seu primeiro presidente civil, mesmo tendo sido eleito indiretamente. Com a morte de Tancredo Neves, José Sarney, seu vice, toma posse. E em seu primeiro discurso, na madrugada de 22 de abril de 1985 promete implantar a reforma agrária no País, o que futuramente não ocorre. Em seu governo foi criado o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), destinado a beneficiar o homem do campo com o objetivo de uma aplicação rápida, sendo o período previsto para isto o mandato de Sarney. No mesmo ano, o Decreto 91.766 foi aprovado pelo PNRA. Mas durante sua tramitação ela foi alterada passando a ser impossível de validar. Com isso os grandes proprietários de terra imediatamente uniram-se para criar a União Democrática Ruralista (UDR), com a intenção de impedir a reforma agrária cogitada. Para isso utilizaram-se do atributo da representação que possuíam no Congresso Nacional. Estes proprietários de terras foram os mesmos que, posteriormente, financiaram as campanhas de candidatos de alguns partidos políticos. No ano de 1989, último ano de mandato de Sarney, foi assentado apenas 6% do previsto pelo PNRA.

Já em 1989, durante o período das eleições presidenciais no País, “Ocupar, resistir e produzir” é definida como a palavra de ordem do momento usada pelo MST. Foi nessa eleição que Fernando Collor de Melo (1990-1992) vence Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais. Esse acontecimento in-

dica um novo rumo para o futuro do MST. O presidente eleito, além de partir de uma política completamente oposta ao Movimento, intensificou sua postura reprimindo os integrantes do Movimento com invasões da Polícia Federal a secretarias estaduais do MST, roubo de documentos, processos judiciais e pedidos de prisão contra membros do Movimento. Durante seu enxuto mandato, Collor foi bastante repressor para com os trabalhadores rurais, evitando ao máximo as negociações. Além disso, possuía os ruralistas como seus aliados.

O MST encontrava-se em um momento muito frágil, pois além de uma organização muito jovem, teve sua militância afetada com a derrota de Lula, candidato que gerava a expectativa de uma reforma agrária justa e rápida.

Com seu governo marcado pela corrupção, Collor encerra seu mandato antes do prazo, por *impeachment*, no ano de 1992. O mineiro Itamar Franco (1992-1994), vice de Collor, é quem assume e governa até o fim do mandato. Franco foi o primeiro a receber o MST individualmente e em reuniões com outras organizações. Foi em seu governo que a Lei Agrária passou por um processo de reclassificação criada para controlar e regulamentar a questão agrária. Nesse período ocorreram as mais expressivas e notórias manifestações entre membros do MST no que diz respeito à questão.

O sociólogo Fernando Henrique Cardoso vence o candidato Luís Inácio Lula da Silva, para as eleições presidenciais do ano de 1994. Cardoso assentou milhares de famílias, agindo com uma política neoliberal em seu governo, com reformas de perfil polêmico para alguns setores da sociedade, entre eles o MST. Sendo uma das emendas de

sua liderança a quebra de monopólio estatal das empresas. Mesmo com metas fixas para o número de assentamentos para todo o período de seu mandato, tal medida apenas figurava como um processo de compensação, pois já havia sido decidido que a única postura viável para o campo seria a implantação da agroindústria capitalista. Nesse momento a palavra de ordem do MST era "Reforma Agrária, uma luta de todos".

A eleição de Lula, no ano de 2002, fez surgir nos integrantes do MST e no povo brasileiro que acredita na luta pela Reforma Agrária a esperança para esse feito. Mesmo assim, com um "aliado" ao homem do campo no poder, a luta seguiu praticamente no mesmo rumo, uma política agrária com pouca modificação, gerando cada vez mais frustração aos integrantes do Movimento. O MST luta cada vez mais pela construção de uma Reforma Agrária digna, uma agricultura que priorize a produção de alimentos e a distribuição de renda. Vale ressaltar que nesse momento a palavra de ordem era "Por um Brasil sem latifúndio".

Hoje, o Movimento beira os vinte e dois anos de militância, e percebe, a cada ano que passa que seu papel, sua luta e seu dever como movimento social devem ser o de organizar o homem do campo, muitas vezes à margem da sociedade, trabalhando através do Movimento, os direitos e deveres, além de fomentar a luta pelas mudanças.

O MST desenvolve seu trabalho em vinte e três estados do Brasil. Compõem a direção nacional do Movimento vinte e um membros. Além disso, fazem parte de sua organização associações de produção, cooperativas de produção agropecuária, cooperativas de prestação de serviços, cooperativas de crédito, pequenas e médias indústrias na

linha de frutas, hortaliças, leite e derivados, grãos, café e doces.

Conforme afirmado anteriormente, a terra não é a única preocupação do Movimento. Ligado a isto está a educação e a cultura; há cerca de 1800 escolas públicas nos assentamentos, que desenvolvem o trabalho com aproximadamente cento e sessenta mil crianças de primeira à quarta série do ensino médio. Aproximadamente trinta mil jovens e adultos freqüentam o curso superior através do programa de alfabetização que é desenvolvido em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), além dos convênios entre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) e universidades de várias partes do país.

Em termos ligados à cultura o Movimento tem as mais variadas produções, como a gravação de um CD no ano de 1998 gravado por músicos integrantes do MST e grandes nomes da Música Popular Brasileira (MPB). No CD, os artistas refletem por meio da música as alegrias, tristeza e luta do MST, nararam também o histórico de sua luta pela terra e conseqüentemente pela reforma agrária.

Além da parte musical, destaca-se também a exposição sobre o MST, produzida e organizada pelo fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado com tema-título "Terra", na década de 1990, Salgado percorreu o mundo num total de oitocentas cidades, levando a vários tipos de público a imagem em retrato da luta dos integrantes do Movimento.

No setor de comunicação o MST possui um jornal, uma revista além de uma assessoria de imprensa própria. O jornal, cujo título é "Sem Terra", existe há vinte e quatro anos e se destina a "ser um veículo de informação e formação dos Trabalhadores Rurais Sem-

Terra”, além de divulgar ao público em geral informações sobre o MST e seus acontecimentos. O mesmo ocorre com a revista “Sem Terra”, com periodicidade bimestral e há oito anos em circulação, tem tiragem de dez mil exemplares e possui cerca de sessenta páginas.

Analisando todo esse trabalho na linha da comunicação, ainda desempenha atividades de assessoria de imprensa do próprio Movimento, composta por profissionais capacitados, além de rádios comunitárias e programas em emissoras de rádio locais, espalhadas pelo País, veiculando notícias, recados e informações do e sobre o Movimento. Não se mantendo distante das atualidades, o MST possui também um *site*, sendo o endereço <http://www.mst.org.br>. Este é atualizado diariamente pelos profissionais da assessoria de comunicação do Movimento, com informações, matérias próprias e de outros veículos de comunicação que veiculam material sobre o MST, além de textos e artigos de integrantes do Movimento ou de personalidades que de alguma forma apóiam a sua luta.

Conforme afirmado no trabalho de Cruz e Diniz (2006), o MST apresenta “laços imaginários” (SILVA, 2000, p.85) como no caso “a bandeira, o hino, as palavras de ordem, as ferramentas de trabalho (...) [e o] uso do boné (...)” (FERNANDES E STEDILE, 2001, p.132). Essas “marcações simbólicas” e identitárias são, segundo Woodward, os meios pelos quais se dá “sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído. É por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são ‘vivas’ nas relações sociais” (2000, p.10).

Em meio a essas simbologias, o que se refere à bandeira, que passa a ser símbolo do

Movimento a partir de 1987, conforme informado nos dados do *site* do próprio MST. Na simbologia da bandeira cada cor e figura possui um significado:

cor vermelha: representa o sangue que corre em nossas veias e a disposição de lutar pela Reforma Agrária e pela transformação da sociedade; cor branca: representa a paz pela qual lutamos e que somente será conquistada quando houver justiça social para todos; cor verde: representa a esperança de vitória a cada latifúndio que conquistamos; cor preta: representa o nosso luto e a nossa homenagem a todos os trabalhadores e trabalhadoras que tombaram, lutando pela nova sociedade; mapa do Brasil: representa que o MST está organizado nacionalmente e que a luta pela Reforma Agrária deve chegar a todo o país; trabalhador e trabalhadora: representa a necessidade da luta ser feita por mulheres e homens, pelas famílias inteiras; facão: representa as nossas ferramentas de trabalho, de luta e de resistência.

Mas a principal marca dos Sem-Terra é criada a partir de uma ausência, a de não possuir terra. Assim eles, o Movimento, batalha unido pelo direito a terra, ao trabalho e a sobrevivência.

2 Pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa: as questões de identidade

O conceito de identidade tem sido amplamente discutido na área das ciências sociais. Por se tratar de um processo de articulação e construído pelo exterior do indivíduo, pela sua vivência, experiências e resultados com o mundo externo, o que leva a um resultado

mutante. Segundo Hall (2002), ao se discutir esse tema, afirma estarmos lidando com tendências muito recentes e ambíguas, caracterizando esse conceito como “[...] demasiadamente complexo, muito pouco compreendido na ciência social [...]” p. 8). Trata-se disso porque estas lidando com identidade, ou seja, a essência que opera na conduta de cada indivíduo, com pouca compreensão ainda porque a mudança está na sociedade devido à globalização e nos indivíduos dela, pelas conseqüências de um país globalizado.

Por se tratar de identidade, consiste em algo não unificado, centrado e inseparável aos indivíduos. A modernidade tardia e os processos de globalização dispersaram esses fatores, pois a modernidade tardia nada mais é que reflexo da globalização. Com essa “atualização” que a chamada globalização causa nos países, nas sociedades, faz com que haja mudanças bruscas, sendo muito mais prejudicadas as consideradas, classes de terceiro mundo, que geralmente tem uma sociedade mais frágil, o que acaba não preservando a sua própria identidade, oscilando entre o essencialismo e o não-essencialismo. Com isso os indivíduos que formam a tal sociedade, são os maiores prejudicados, pois suas raízes vão ficando frágeis ao ponto de muitas vezes tornar-se fragmentada. Ela pode acarretar uma homogeneidade cultural promovida pelo mercado global o que produz um distanciamento da cultura local, além de fomentar fortemente a migração, causando o aceleração, o que resulta na perda da identidade maternal, causando também uma sociedade injusta socialmente.

“A migração produz identidades plurais, mas também identidades contestadas, em um processo que é caracterizado por grandes de-

sigualdades”. (Stuart Hall e Katryn Woodward, 2000, p. 22).

Quando buscamos no passado a identidade já vivida, trazendo para o presente esta, que supostamente se perdeu, podemos e estamos desta forma criando novas identidades. Já que temos uma bagagem atual somada à histórica (o conhecimento adquirido e o passado por outros no decorrer dos anos). Todos esses fatos formam as atuais afirmações de identidade(s); umas tratando-se de escolhas feitas pelos indivíduos outras pré-determinadas pela sociedade e por quem a faz.

Como já afirmado por Cruz e Diniz (2006), assim como outros estudiosos, os estudos de identidade, através da perspectiva dos Estudos Culturais, sempre tomam como lugar de fala as questões identitárias do indivíduo pós-moderno. O que não é surpresa, já que a grande questão é discutir a “crise de identidade”, a idéia de o sujeito pós-moderno estar “descentrado”, fragmentado e composto por várias identidades.

Para uma melhor compreensão de como ocorreu a concepção do sujeito pós-moderno, faz-se necessário uma revisão das três concepções de sujeito de Hall (2002), bem como seu mapeamento da forma pela qual o sujeito foi conceptualizado através do pensamento moderno. Hall divide a identidade em três concepções: sujeito do Iluminismo, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno. Todos muito antagônicos em suas ações e ideais como já afirmados em estudo anterior realizado por Cruz e Diniz (2006).

O início de todos os estudos teria se dado, segundo afirma Hall, com o filósofo francês René Descartes, que iniciou na filosofia a idéia de um sujeito pensante, racional. Des-

cartes deslocou Deus do centro do universo e colocou o homem no Seu lugar com a expressão “Penso, logo existo”. “Desde então, esta concepção do sujeito racional, pensante e consciente, situado no centro do conhecimento, tem sido conhecida como o ‘sujeito cartesiano’” (HALL, 2002, p.27). Esse sujeito cartesiano é visto como possuidor de uma identidade centralizada, ou seja, ele é possuidor da verdade logo é centro da razão. Do mesmo modo, Hall utiliza o sujeito cartesiano como sendo ele o primeiro a portar, uma identidade.

A partir daqui as noções de individualidade começariam a contestar as ordens social, econômica e religiosa medievais. Em virtude das mudanças acontecidas no estado moderno (como o aglomerado de burocracias), o indivíduo passou a ser “visto como mais localizado e ‘definido’ no interior dessas grandes estruturas e formações sustentadoras da sociedade moderna” (HALL, 2002, p.30). Os estudos feitos em torno da sociologia relacionam a construção da particularidade do sujeito cartesiano com sua relação as aparições sociais, ou seja a forma que o sujeito interage com a sociedade, sua pertença, sua identificação. Pois a identidade é fortemente ligada à diferença que cada sociedade possui entre si. É essa diferença que classifica as classes e que exclui as mesmas umas das outras, a identidade é sustentada também pela exclusão, a pertença ou não a determinado grupo. Essas construções podem estar sempre em construção ou se manter as mesmas com o passar dos anos, isso irá variar de acordo com o perfil da sociedade essencialista ou não- essencialista.

Com relação à arte o fator identidade encontrava-se fragmentado, pois o sujeito encontrava-se objeto da modernidade tardia

o que muitas vezes ocasiona a crise de identidade; que nada mais é que reflexos da globalização, as quais por sua vez alteram os fatores econômicos e culturais, que refletem na sociedade na forma de produção e do consumo. “O desenvolvimento global do capitalismo não é, obviamente, novo, mas o que caracteriza sua fase mais recente é a convergência de culturas e estilos de vida nas sociedades que, ao redor do mundo, são expostas ao seu impacto”. (Robins, 1991- (Stuart Hall e Katryn Woodward, 2000 p. 20).

Mas não foram unicamente fragmentações as causas sofridas pelas identidades modernas. O deslocamento foi um fator muito frisado nesse aspecto. Isso ocorreu em diferentes períodos dos estudos, o que resultou e vem resultando em contrariedades e questionamentos sobre o assunto. Segundo Hall, haveria cinco grandes avanços no qual o sujeito cartesiano é “descentrado”.

Dando continuidade aos estudos de Cruz e Diniz (2006), a seguir serão aprofundados os estudos dos aspectos formais da construção da identidade cultural, que trata-se de um sistema de significação social o qual pode ser comparado com a lógica da lingüística, como já foi explicitado como um sistema social.

2.1 Por um conceito da identidade e da diferença

Segundo Woodward, “a identidade é relacional” (2000, p. 9). Sua existência só é possível quando há algum fator externo para se contrapor, outra identidade para se diferir. Defendendo a mesma hipótese, Silva coloca a identidade e a diferença em um mesmo patamar. A identidade, numa visão simplista, pode remeter a uma auto-afirmação. “A identidade assim concebida parece ser uma

positividade ('aquilo que sou'), uma característica independente, um 'fato' autônomo" (2000, p. 74). Conformando Silva relata que a identidade, de forma simples, pode muitas vezes emitir a uma auto-afirmação ou ainda a uma avaliação e afirmação dos demais da sociedade, ou seja, ambas são construídas a partir de referências pessoais, tratando-se de um processo de articulação, onde o exterior que a constitui, baseados muitas vezes nas linguagens e nos sistemas simbólicos utilizados pelos representantes dessa classe.

A identidade e a diferença participam de uma relação de dependência, para que uma exista a outra se faz necessária. Só se afirma que existe uma identidade, quando existe a diferença. Isso afirma como a identidade é relacional, para que exista, necessita de outra identidade oposta. Essa diferença é sustentada pela exclusão. Se não pertence à determinada "identidade" logo pertence à outra, a oposta.

A nossa sociedade tem como hábito estabelecer classificações hierárquicas, o que está fortemente ligado à identidade, status, poder. Isso demarca os limites entre uma identidade e outra, o que por sua vez acaba dividindo a sociedade, determinando quem está fora ou dentro dos padrões.

Assim, com limitações da identidade, cada ser pertencente a sua identidade, tem por interesse a conduta de defender, de certa forma, as ações produzidas por sua identidade e os que dela fazem parte, o que para os estudiosos trata-se do "produto derivado da identidade" (SILVA, 2000, p.75). Já este estudo tem como foco a identidade produzida através da diferença.

As características que compõem e formam a identidade não-essencialista, podem ser comparadas com facilidade à definição de

comunidades imaginárias (Hall, 2002). Apesar de ser o foco desse trabalho as identidades nacionais, não excluindo em hipótese alguma as características de identidades culturais, tema central desse trabalho.

Mais importante do que a pertença à determinada nação, sociedade, grupo em geral é ter participação da formação de ideologias de sua fundação, o que irá ocasionar logo em seguida a representação cultural do mesmo. A identidade é marcada por meio de símbolos. É feita uma associação da identidade com as pessoas da sociedade, e dessas pessoas com as "coisas" por ela usadas. Isso fortifica a representação dos grupos/sociedades por objetos. Pois a construção da identidade é tanto simbólica quanto social. A luta para firmar as diferentes identidades tem causas e conseqüências materiais. Um exemplo visível disto são as guerras e nas conseqüências que elas trazem.

Segundo Hall a cultura nacional é caracterizada como um discurso e assim, expõe cinco elementos principais: a narrativa da nação (como as histórias sobre a nação são contadas, através dos meios de comunicação, literatura, etc); a ênfase nas origens, na continuidade, na tradição e na intemporalidade; a invenção da tradição (ritos e simbolismos buscando "implementar" certos comportamentos à população); o mito fundacional (história que dita a origem da nação, num passado distante, um tempo mítico); e, o povo puro ou original. O nascimento de diferentes identidades é dado a fatos históricos, localizados em um ponto específico no tempo. Uma das formas pelas quais as identidades estabelecem suas reivindicações é por meio do apelo a antecedentes históricos.

É necessário para este estudo compre-

ender a identidade cultural como um fruto de meios discursivos e contextualizados em questões históricas e institucionais. Isso ocorre por meio de uma negociação, de forma dosada entre as origens e o objetivo de cada grupo. Ou seja, a essência da identidade e suas atualizações em decorrer dos anos, por forças externas como no caso da globalização, por exemplo. Isso fica muito mais explícito com as demarcações de exclusão ou parte integrante de cada grupo. Já no caso dos grupos tidos como marginalizados, a globalização só acentua as consequências. Deixando-os cada vez mais fragmentados, fruto do hibridismo, que estaria tomando espaço na sociedade, um dia homogeneia extinguindo as culturas nacionais de cada sociedade.

Quando afirmado “somos todos iguais” essa mesmidade causa uma confusão na sociedade, devido os diferentes grupos que a compõem. Isso então, é altamente contraditório, pois para que se reconheça uma e mais identidades dentro de uma mesma sociedade é necessário enumera as diferenças, por tanto ora somos igualados, ora diferentes, o que é um equívoco.

3 Análises

As investigações acerca da identidade e da diferença, serão neste capítulo, relacionadas com as posições políticas e discursivas do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, e os aspectos assumidos pelo movimento em tempos de globalização.

É de juízo comum a questão de o MST ser um movimento à margem da sociedade. O que não quer dizer que, por encontrarem-se marginalizados, seja a única forma de demarcar as diferenças. Os integrantes do Mo-

vimento resistem ao modelo político vigente e à chamada “elite rural”, que é o fator principal para existência da identidade cultural do MST, é o que faz valer a diferença do movimento.

A luta a conquista pela terra é o ideal e o motivo de nascimento do Movimento, mas o fato de não ter terra é o caracteriza a identidade do movimento e de sua ideologia. Com essa percepção o Movimento assume e começa a exercer essa identidade, fazendo assim uma empreitada de trabalho com um objetivo fixo.

Os membros do MST reivindicam suas lutas na maioria das vezes com base essencialista para desta forma validar suas conquistas. Mas não se deve afirmar que a identidade cultural do MST é totalmente pertencente a essa base, pois como toda a comunidade imaginada (HALL, 2002, p. 50), o Movimento é melhorado por seus integrantes por meio de discursos, histórias e demais simbolismos, que envolvem a identificação do Movimento. Muitos dos membros do Movimento passaram uma parte da sua vida no meio urbano, com trabalhos em indústrias e comércios, mas o desemprego e as dificuldades encontradas nos centros urbanos levaram-nos a identificar-se com a ideologia do movimento e assim a vestir a camiseta, o boné e levantar a bandeira do Movimento a fim de lutar lado-a-lado com os demais companheiros sem terra.

Por isso que afirmamos que o MST não é completamente essencialista, pois a base do essencialismo se dá “no todo não alterado”, com o passar dos anos, refere-se basicamente e diretamente à tradição. O que com o ingresso de homens “urbanos” no movimento, com certeza se perde uma parte dessa tradição de raiz.

Segundo Hobsbawm (2005, citado por CANCLINI, p. 44) “a maior parte das identidades coletivas são mais camisa do que pele”, ou seja, *não-essencialistas*, mesmo que em alguns momentos sejam exaltados fatores essenciais como o trabalho e a dignidade, pois a base do não-essencialismo se dá na individualidade do “todo” e suas diferenças ao passar dos anos.

Ou seja, dificilmente uma identidade será fixa, nem mesmo de um grupo/movimento alicerçado em ideais próprios, como é o caso do MST. Sendo assim no caso do MST, a identidade, a essência que opera atualmente é diferente a passada; em vista que busca sempre novas conquistas, mas não deixa de buscar a “identidade já vivida”, a de sua fundação, em relação, em conjunto as modernidades, o que resulta em uma nova identidade, uma identidade autêntica. Essas são as alternativas quando se trata de identidade e de diferença, à oposição binária essencialista versus perspectivas não-essencialistas, como é no caso do MST, é o meio termo em transição.

Para que se entenda melhor esses “termos de transição”, é necessário conceitua-la, dividir e entender suas diferenças e as diferentes dimensões que a compõem, segundo Woodward, no primeiro ponto classificatório (pág. 13). Ainda nos pontos classificatórios, o autor afirma que, os membros que fazem parte de determinado grupo, tendo como “verdade” a sua identidade fixa, isso envolve as reivindicações essencialistas. Reivindicações essas que algumas vezes estão baseadas na natureza; como no caso de raça, etnia ou parentesco, mas frequentemente estão baseadas em alguma versão essencialista da história, o passado, onde a verdade fixa é construída.

Essas verdades podem ser classificadas como relacionais, feita uma associação por meio de marcação simbólica relativa também a outras identidades. Como no caso do MST o uso das bandeiras e bonés do movimento, assim como outros objetos que os caracterizem. Igualmente pode estar vinculada a condições sociais ou materiais. Isso se dá devido à classificação do grupo “como inimigo ou como tabu”, devido às marcações simbólicas do Movimento, como as ocupações de terra e os discursos contrários aos interesses dos grandes proprietários rurais; que para o MST é um fator em desvantagem.

O que se refere ao fator social e o simbólico são dois processos diferentes, ambos são necessários para a construção e conservação da identidade. Assim é feita a marcação simbólica, de forma classificatória, indicando quem pertence ou não a determinado grupo. Já a diferenciação social é a forma que se classificam as diferenças vividas nas relações sociais. O conceito de identidade envolve os sistemas classificatórios, rotulando as organizações sociais de forma organizada e dividida, representadas em dois grupos, “nós e eles”. Um dos fatores que só tende a piorar essa divisão, classificação é a globalização, que é um tema adverso ao ideal do Movimento.

Em meio às conseqüências dos efeitos resultantes da globalização sobre as identidades e, no caso da analisada o MST. O Movimento teria suas identidades reforçadas e muitas vezes mutantes devido à interferência derivada desse fenômeno. E tentar combater essa modernidade causada pela globalização, pois isso fez com que o Movimento torna-se híbrido, perdendo grande parte de sua essência, de seu essencialismo, fazendo que muitas vezes ações executadas hoje em

dia pelo movimento se oponham com seus ideais. Não se pode mais afirmar com convicção que o MST possui uma identidade cultural unificada. Isso é uma consequência da modernidade tardia

Através do estudo bibliográfico sobre as Identidades Culturais, um estudo sobre o histórico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e o estudo realizado por Cruz e Diniz (2006), faz-se aqui uma exposição de como a identidade cultural do movimento apresenta-se nos dias atuais.

Foi possível por meio desses estudos sobre identidades culturais, compreender como o movimento caminha rumo a construção de sua identidade e como conserva (ou não), de que forma os integrantes, os membros que formam esse Movimento identificam-se e se unem de acordo com as pertencas, assim como as diferenças que também influenciam na construção da identidade. Todos esses caminhos e suas alterações devido a turbulência de ações causadas pela globalização.

Pode-se afirmar que assim como a conservação da essência a diferença também possui um papel categórico na formação de identidade do grupo, neste caso o MST. Mas nem só a identidade ou a diferença sustentariam o MST, o que por sua vez é alicerçado ao mesmo tempo na modernidade, na atualização.

Os estudos acerca da “identidade” vêm sendo destacados como uma questão central nas discussões atuais, por ser um assunto principal das reconstruções globais das identidades nacionais e étnicas e da nascimento de movimentos sociais. O MST está muito preocupado com esses fatores, com o fato da reafirmação das identidades pessoais e culturais, pois encontrasse em um momento em que oscila entre o essencialismo e o não-

essencialismo; já que dentro do próprio Movimento, opiniões se opõem as ações da sua essência, de seu ventre de formação, colocando uma série de dúvidas voltadas às tradições, indicando que existe uma crise de identidade.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- CANCLINI, Néstor García. *Diferentes, desiguais e desconectados*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- CRUZ, Fábio Souza da. *A Cultura da Mídia no Rio Grande do Sul: o caso MST e Jornal do Almoço*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.
- FERNANDES, Bernardo Mançano e STEDILE, João Pedro. *Brava Gente – A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- GOHN, Maria da Glória. *Terceiro Setor e MST: impacto sobre o futuro das cidades e do campo*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MORISSAWA, Mitsue. *A História da luta pela Terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A Produção Social da Identidade e da Diferença. In SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e Diferença*. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórico e conceitual. In SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e Diferença*. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.